

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de itens de material de expedientes, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

1.2 Descrições/especificações e estimativas de consumo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo:

1.3 - Na modalidade de Pregão Eletrônico - Embasamento legal: Lei 10.520 de 2002 e decreto municipal nº 599 de junho de 2020

1.4 – Critério de julgamento – Menor preço unitário.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
01	338468	Lápis de cor com 12 cores	Caixa	05
02	361695	Lápis de cor aquarelável 12 cores	Caixa	03
03	359998	Hidrocor ponta fina 12 cores	Caixa	03
04	435041	Caneta esferográfica ponta fina azul - cx com 50 unid	Caixa	01
05	278634	Pincel atômico vermelho descartável	Unid	06
06	402331	Caneta nanquim 0,2 descartável	Unid	02
07	402331	Caneta nanquim 0,4 descartável	Unid	02
08	402331	Caneta nanquim 0,6 descartável	Unid	02
09	402331	Caneta nanquim 0,8 descartável	Unid	02
10	467745	Pinças com pescador para overloque	Unid	20
11	358683	Papel couchê branco A4 180g/m²- 50 folhas	Pc	10
12	200593	Folhas papel kraft 66 x 96 cm 180g/m²	Unid	200
13	244304	Pincel marcador recarregável - específico para quadro branco - ponta de poliéster 6.0 mm - escrita 2.3 mm - ponta e refil substituíveis - cor preta	Unid	12
14	244303	Pincel marcador recarregável - específico para quadro branco - ponta de poliéster 6.0 mm - escrita 2.3mm - ponta e refil substituíveis - cor azul	Unid	12
15	244305	Pincel marcador recarregável - específico para quadro branco - ponta de poliéster 6.0 mm - escrita 2.3 mm - ponta e refil substituíveis - cor vermelha	Unid	12
16	337761	Pincel marcador recarregável - específico para quadro branco - ponta de poliéster 6.0 mm - escrita 2.3 mm - ponta e refil substituíveis - cor verde	Unid	12
17	335527	Tubo cola branca líquida 90 g	Unid	20
18	69140	Folhas papel cartão branco - 180g/m² - 50 x 70	Unid	100
19	32352	Lápis grafite 9B	Unid	12
20	316271	Lápis grafite HB	Unid	12
21	200711	Borracha verde	Unid	12

22		Rolo de fita crepe - 24mm x 50m	Unid	15
23	406522	Régua de 30 cm de plástico	Unid	20
24	406522	Régua de 60 cm de plástico	Unid	20
25	282409	Folhas de lixa para madeira 120 grãos	Unid	05
26	283560	Tesoura média - cabo anatômico e lâmina de 13cm	Unid	20
27	61530	Tesoura para tecido - cabo anatômico e lâmina de 23 cm	Unid	20
28	30872	Pincel redondo nº 2 para aquarela - premium	Unid	05
29	30872	Pincel redondo nº 4 para aquarela - premium	Unid	05
30	30872	Pincel redondo nº 8 para aquarela - premium	Unid	05
31	30872	Pincel redondo nº 12 para aquarela - premium	Unid	05
32	386975	Bloco de papel vegetal A4 120g/m²	Unid	10
33	262604	Folha de papel canson branco A4 180g/m²	Unid	2000
34	262604	Folha de papel canson branco A3 180g/m²	Unid	200
35	396636	Lápis grafite 2B	Unid	12
36	272350	Lápis grafite 4B	Unid	12
37	334184	Lápis grafite 6B	Unid	12
38	394469	Régua de 1 metro (100m) - plástico transparente	Unid	30
39	150971	Cartucho de reposição (refil) para pincel marcador recarregável - específico para quadro branco - ponta de poliéster 6.0 mm - escrita 2.3 mm - ponta e refil substituíveis - cor preta	Unid	24
40	397049	Cartucho de reposição (refil) para pincel marcador recarregável - específico para quadro branco - ponta de poliéster 6.0 mm - escrita 2.3 mm - ponta e refil substituíveis - cor azul	Unid	24
41	397049	Cartucho de reposição (refil) para pincel marcador recarregável - específico para quadro branco - ponta de poliéster 6.0 mm - escrita 2.3 mm - ponta e refil substituíveis - cor verde	Unid	24
42	407563	Cartucho de reposição (refil) para pincel marcador recarregável - específico para quadro branco - ponta de poliéster 6.0 mm - escrita 2.3 mm - ponta e refil substituíveis - cor vermelha	Unid	24
43		Ponta sobressalente de reposição para pincel marcador recarregável - específico para quadro branco - ponta de poliéster 6.0 mm - escrita 2.3 mm - pacote com 3 unis	Unid	48

Esclarecemos que os números de CATMATs foram localizados os mais próximos possíveis, respeitando então as especificações descritas nos anexos I e II.

E que no item 43, não conseguimos identificar o CATMAT.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O presente documento tem por objetivo estabelecer as condições gerais que orientarão o processo licitatório para aquisição de itens de materiais de expedientes.

2.2. Tal aquisição irá suprir a demanda do CEVEST – Centro de Formação Profissional e Transferência de Tecnologia para a Indústria do Vestuário pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

2.3. A aquisição faz-se de extrema importância tendo em vista a necessidade dos itens que serão utilizados nas aulas dos cursos relacionados ao Desenho de Moda que serão

oferecidos gratuitamente à população em geral pelo CEVEST – Centro de Formação Profissional e Transferência de Tecnologia para a Indústria do Vestuário.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O fornecimento será em uma única vez, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho, no seguinte endereço:

Endereço: Av. Alberto Braune, 223 – Centro – Nova Friburgo – RJ,
Horário de entrega: segunda a sexta-feira das 08 horas às 17 horas

4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

5.2. **As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).**

5.3. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

5.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade*;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.1.7. Entregar no endereço apresentado todo o produto devidamente embalado para manuseio do CONTRATANTE;

7.1.8. Em nenhuma hipótese, veicular publicidade acerca dos serviços executados ao CONTRATANTE, a não ser que haja prévia e expressa autorização.

8. DA LIQUIDAÇÃO

8.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

9. DO PAGAMENTO:

9.1 – O pagamento será efetuado conforme estabelece o decreto municipal nº 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam em conformidade e dentro da validade:

- 9.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 9.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 9.1.3. FGTS;
- 9.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 9.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa
- 9.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

9.2 - Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes da aquisição correrão por conta dos recursos consignados ao Município de Nova Friburgo, pela seguinte dotação orçamentária:

Programas de Trabalho - **15001.1136300312.077**
Código de Despesa - **339030-05**
Fonte de recursos - **00**.

9.3 - As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

9.4 – No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal Eletrônica, serão os mesmos devolvidos à empresa para as correções necessárias, não respondendo o Município de Nova Friburgo por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos e o prazo estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua representação.

9.5 – A nota fiscal deverá conter a identificação do Banco, número de agência e da Conta Corrente, para que possibilite ao CONTRATANTE efetuar a devolução do pagamento.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. DA GARANTIA

11.1 Declarar, detalhadamente, a garantia dos equipamentos fornecidos, cujo prazo não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo.

12. MEDIDAS ACAUTELADORAS

12.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE DA EXECUÇÃO

14.1 Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

14.1.2. Os servidores designados para acompanhamento e fiscalização serão:

Valdete Lisboa Borge – Mat. 107441 – Gestor

Mirian Pinheiro de Queiroz – Mat. 115032 – Fiscal

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

15.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores do Centro de Formação do Vestuário (CEVEST), que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

16.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. Fraudar na execução do contrato;

16.1.4. Cometer fraude fiscal;

16.1.5. Não mantiver a proposta;

16.1.6. Comportar-se de modo inidôneo.

16.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.3. Com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei 8666/93, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes sanções:

16.3.1. Advertência;

16.3.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado (s) pela conduta do licitante;

16.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

16.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento;

16.5 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9784/99.

16.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17. DA RESCISÃO

17.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

17.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

17.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior;

17.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior

17.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Felippe Schenquel
Subsecretário de Educação Profissionalizante e Superior
063.173

Aprovo em 22 de fevereiro de 2023.

André Luiz Montechiari Lobosco
Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia,
Inovação e Educação Profissionalizante e Superior
Matr.: 063200